ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quatorze dias do mês de março do ano dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta, de forma presencial, a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Leitura da ata. *"Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Dezesseis da Décima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 130, 132 a 136/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Professor Rinaldo, Rafael Tavares, Pedro Kemp, Renato Câmara, João Mattogrosso, Junior Mochi, Amarildo Cruz, Pedrossian Neto, Mara Caseiro, Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Jamilson Name, Antonio Vaz e Paulo Corrêa.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Amarildo Cruz e Pedrossian Neto.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Decreto Legislativo nºs 4, 5 e 6/2023, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 3/2023, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 44/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Maria Tereza Ferraz Alves Ribeiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao doutor Wellington Augusto da Silva Leitum, cardiologista, radiologista, cardiovascular e clínico, que atua na rede hospitalar e clínica de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada à empresa PanAmérica Financeira, na pessoa de seus sócios, senhores Helvyton Rocha Morais e Helbyton Morais, pela a reinauguração e celebração de dezoito anos da loja no município de Rio Verde do Mato Grosso, ocorrida no último dia 27 de fevereiro do corrente ano; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada aos servidores soldado QOBM Denner Almeida Monteiro Ferreira, capitão QOBM Alex Fernandes, subtenente QOBM Demavais Souza da Costa e cabo QOBM Ilson Batista da Silva Frank, lotados no 2º Subgrupamento do Corpo de Bombeiros Militar Independente – unidade*

que atende aos municípios de Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque, em reconhecimento ao excelente trabalho que dedicaram no pronto atendimento a uma gestante, moradora de Jardim, a qual realizou o chamado daquela equipe e, durante o transporte, o soldado Denner constatou o rompimento da bolsa e deu início à fase ativa do parto, até a chegarem à Unidade de Saúde HMR, cumprindo, assim, seus deveres da carreira militar, com relevantes serviços prestados à comunidade daquela região; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à Judson Amabel Nunes da Cunha Júnior, atleta campo-grandense, elevando o nome de Mato Grosso do Sul em âmbito nacional, no contexto do esporte, por sua atuação como atleta de vôlei pelo time de Suzano, sendo eleito melhor em quadra em disputa da Superliga Masculina 2022/23, na noite do último dia 27 de fevereiro, na Arena Suzano, em Suzano-SP; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada ao doutor Pedro Paulo Gasparini, pela nomeação como defensor público-geral de Mato Grosso do Sul, à frente da instituição no biênio 2023/2025; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 24 de março de 2023, para a realização da Sessão Solene em alusão ao Dia Estadual da Ordem Demolay, instituído por meio da Lei nº 3.502, de 25 de abril de 2008; requerimento, de autoria dos deputados subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar Estadual de Defesa do Cooperativismo no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria dos deputados subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar de Apoio à Pessoa com Deficiência no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 21 de março de 2023, para a realização da Sessão Solene Semipresencial em comemoração ao "Dia do Artesão"; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Junior Mochi, Neno Razuk, Renato Câmara, Rafael Tavares, Mara Caseiro, Lidio Lopes, Roberto Hashioka, João Mattogrosso, Pedro Kemp, Gerson Claro e Zé Teixeira. O presidente, deputado Gerson Claro, convidou a doutora Andréa Aleixo, presidente do Instituto Emanuelle, para falar acerca do Dia Estadual de Conscientização e Proteção ao Ciclista (Lei nº 5.683/2021 – Lei Emanuelle). ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *– Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de março do ano de dois mil e vinte e três".* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de março de 2023: Ofício nº 18/2023, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando TC/PAC nº 389/201, Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Naviraí/MS, aprovação com ressalvas da prestação de contas final (sem protocolo); Ofício nº 87/2023, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros, Orçamento Geral da União (sem protocolo); Ofício nº 120/2023, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Termo de Distrato de Contrato de Repasse nº 904425/2020MTUR/CAIXA (sem protocolo); Ofícios nºs 160 a 162/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos ilustres deputados Zé Teixeira, Coronel David, Renato Câmara, Mara Caseiro e Coronel David (sem

protocolos); Ofício nº 400/2023, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (sem protocolo); Ofício nº 516/2023, da Agência Municipal de Transportes e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (sem protocolo); Ofício nº 68/2023, da Secretaria Especial de Segurança e Defesa Social de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (sem protocolo). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, gostaria de desejar melhoras ao nosso querido amigo, deputado Zeca do PT, que passou por um procedimento, colocou "stent" ontem, teve um problema de saúde quando ainda estava aqui na Assembleia. Desejamos, em nome da Casa, plena recuperação ao nosso amigo, ex-governador, e nosso deputado Zeca do PT. Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que acompanham a Sessão. Senhor presidente, tenho aqui um requerimento endereçado ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, para que sejam prestadas, a esta Casa, informações quanto à existência, ou não, de inquéritos afim de apurar as invasões de terras ocorridas nos últimos dias, bem como se há algum procedimento investigatório para identificar os financiadores de movimentos de invasões de terras, quanto ao transporte, à alimentação das pessoas que se encontram nos acampamentos do Movimento Sem-Terra e/ou da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade. Caso não exista o procedimento investigatório, requeremos que seja determinada a instauração de procedimento investigatório pela autoridade policial competente para apuração da responsabilidade de quem agiu ou está agindo de forma criminosa nesses casos de invasão. Mato Grosso do Sul foi reconhecido pela imprensa nacional, na data de ontem, como sendo um dos poucos estados da federação que vem cumprindo com sucesso a questão do combate ao desemprego. Estamos quase atingindo o pleno emprego, graças ao agronegócio; quer dizer, riquezas estão sendo produzidas nos campos de Mato Grosso do Sul e é preciso que forneçamos segurança jurídica e tranquilidade para quem produz e para quem faz com que Mato Grosso do Sul continue sendo um polo de desenvolvimento, com geração de emprego e renda. É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado João Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATOGROSSO (PSDB) — Bom dia, presidente! Quero cumprimentar o nosso primeiro-secretário, todos o nobres pares, todos que nos acompanham pela rádio e TV Assembleia e os que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Vou fazer a leitura de algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Sahib Neto, solicitando pavimentação asfáltica na avenida Joana D'arc, no bairro Universitário. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado

expediente desta Casa à prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Educação, senhor Lucas Henrique Bittencourt de Souza, da Secretaria Municipal de Educação, solicitando que seja retomada a obra de construção da Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) nos bairros Jardim Inápolis e Jardim Anache.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp. Solicitação de inversão... Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente e todos os colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a estadualização das rodovias PG-03 (João Iris Teodoro da Silva), com extensão de vinte e dois quilômetros que liga a BR-163, à cidade de Pedro Gomes, bem como a rodovia PG-02 (Pedro Dias Pedroso), com extensão de trinta e quatro quilômetros e duzentos e noventa metros, e da estrada na região do Cachoeirinha que liga a BR-359 ao município de Alcinópolis. A presente proposição decorre do pedido endereçado ao meu gabinete parlamentar, reforçando a indicação do vereador Reges Nunes de Paula, assinada conjuntamente com mais oito vereadores da Câmara Municipal de Pedro Gomes, como mostra documento anexo. A estadualização das rodovias acima citadas é de suma importância para o desenvolvimento de Pedro Gomes, Coxim, Sonora e Alcinópolis, tendo em vista que será criado um corredor de ligação e escoamento de produção agrícola e pecuária, diante do aumento expressivo de plantações de lavouras de soja e milho nas propriedades rurais localizadas no entorno das rodovias em epígrafe, até os estados de Goiás e São Paulo, via Alcinópolis. Desse modo, trará acesso, de leste a oeste, até os estados de Goiás e São Paulo. No município de Pedro Gomes, possibilitará, também, a facilidade nas linhas de transporte escolar e melhor mobilidade urbana e logística. Cumpre, ainda, destacar que o estado tem melhores condições para prestar a devida manutenção das estradas PG-03 e PG-02, uma vez que o município não dispõe de estrutura, maquinários para a manutenção constante das referidas estradas. Também encaminho, senhor presidente, uma indicação à senhora prefeita municipal de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao senhor secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Sahib Neto, solicitando com urgência encascalhamento das ruas do bairro Rancho Alegre IV, especificamente na rua Arara Azul, nesta capital. E por último, encaminho uma moção de pesar aos familiares da senhora Guiomar Soares dos Santos, em decorrência do seu falecimento, ocorrido no dia 12 de março de 2023, em Ribas do Rio do Rio Pardo. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Com relação à moção de pesar aos familiares da professora Guiomar, a deputada Mara Caseiro gostaria de ser subscritora.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Atendido. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a chamada dos professores aprovados no processo seletivo para atuarem na área da Educação Especial. É uma reivindicação de vários professores e diretores de escolas que estão reivindicando a lotação dos professores da Educação Especial, mas, até agora não tiveram os seus contratos efetivados. Estamos praticamente na terceira semana de aula e temos muitos alunos com deficiência matriculados na Rede Estadual de Ensino que necessitam do acompanhamento e do apoio pedagógico especializado. Por isso, é urgente a necessidade de chamada desses profissionais já aprovados na seleção. Outra indicação, também ao senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando providências urgentes visando à remoção dos pombos que infestam a quadra de esportes da Escola Estadual Marechal Rondon, localizada no município de Mundo Novo, bem como a colocação de telas ao redor para evitar a entrada dos pássaros. Essa indicação atende à solicitação que nos foi encaminhada por representantes da comunidade escolar da Escola Estadual Marechal Rondon, que reclamam da infestação da quadra de esportes por pombos, que além de sujarem a quadra com fezes, colocam em risco a saúde de professores e alunos que utilizam a quadra para as atividades esportivas. Sabemos que é uma questão de saúde pública, porque a criptococose, que é mais conhecida como doença do pombo, é transmitida pelas fezes desses pássaros, é uma doença muito grave, podendo até mesmo levar a óbito. Ela gera uma infecção pulmonar muito grave e nós temos crianças praticando esportes nessa quadra, que está infestada de pombos. Essa providência é necessária e urgente, por parte da Secretaria de Estado de Educação. Por último, um requerimento, para o uso da tribuna na sessão do dia 16 de março de 2023, pela senhora Marlene Veiga Espósito, que tratará de assuntos de interesse dos servidores públicos estaduais aposentados. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora e todos os deputados aqui presentes. Tenho uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XVI, do Regimento

Interno da Assembleia Legislativa, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos ex-presidentes da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso do Sul (Undime/MS), pela relevante contribuição à educação pública municipal de Mato Grosso do Sul. Senhoras: Leonete Ropelatto Migliavacca, da gestão de 1992 a 1994; Iria Marta Rosa Ramos Queiroz, da gestão de 1997 a 1999, e de 2001 a 2003; Julieta Maria Gouveia Gonzalez, da gestão de 2003 a 2004; Maria Nilene Badeca da Costa, gestão de 2004 a 2005; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral, gestão de 2005 a 2007, de 2007 a 2009, de 2013 a 2015, de 2015 a 2017 e de 2019 a 2021; Ieda Maria Marran, interina na gestão de 2016; Maria Cecilia Amendola da Motta, gestão de 2009 a 2011, e de 2011 a 2012; Kalícia de Brito França, gestão de 2017 a 2019. E senhores Leocir Edgar Nardini, gestão de 1995 a 1997; José Bento de Arruda, gestão de 1999 a 2001; Mário Grespan Neto, gestão de 2012 a 2013. Após aprovada, a moção poderá ser assim redigida: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, congratula com satisfação e orgulho, por meio de propositura desta deputada, os ex-presidentes da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso do Sul (Undime/MS) pela relevante contribuição à educação pública municipal de Mato Grosso do Sul. A missão de articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios de nosso estado, com qualidade social, aprimoramento profissional, busca incessante pela elevação ética e compromisso social com a comunidade escolar é tarefa da mais alta complexidade, motivo pelo qual a escolha de pessoas capazes, proativas e idôneas foi determinante para que tais objetivos fossem alcançados. Diante disso, nada mais justo que congratular aqueles que estiveram liderando essa importante entidade no estado de Mato Grosso do Sul. A boa educação é a base de uma sociedade desenvolvida. Saber que o nosso estado possui representantes com qualidade singulares como os ex-presidentes aqui congratulados nos orgulha e nos tranquiliza, já que o caminho de uma educação de qualidade já foi pavimentado por aqueles que ocuparam a direção dessa importante entidade". Pelos motivos apresentados, requeiro que sejam reconhecidos e congratulados por este Parlamento de Mato Grosso do Sul os ex-presidentes da Undime de Mato Grosso do Sul, pela grande contribuição para educação sul-mato-grossense. Também, senhor presidente, eu tenho algumas indicações para o governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Mauro Azambuja Rondon, solicitando a recuperação asfáltica da MS-422, no trecho que liga o município de Camapuã ao município de Figueirão. A presente indicação decorre de um pedido formulado pelo vereador de Camapuã, Professor Jean. Temos usado essa estrada e, realmente, precisa de uma ação emergencial, de recapeamento dessa rodovia. Também ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando que sejam adotadas as providências para implantação de sistema de drenagem de águas pluviais no município de Caracol. Esse é um pedido formulado pelo prefeito do município, senhor Carlos Humberto Pagliosa, e pela vereadora Sulmeire Leite Vieira. Outra indicação para o governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente

da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a recuperação asfáltica da MS-240, no trecho que liga os municípios de Inocência a Paranaíba. A presente indicação decorre de um pedido formulado pelo vereador de Inocência, senhor Gerson Mariano de Queiroz. É o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas e pessoas presentes nesta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, Professor Hélio Queiroz Daher, solicitando a limpeza e manutenção das escolas estaduais de Corumbá e Ladário. Trata-se de um pleito encaminhado pela comunidade escolar de Ladário e Corumbá, devido ao aumento dos focos de dengue nesses locais, o que justifica a intervenção do poder público estadual, considerando-se tratar de escolas estaduais. São as seguintes escolas em Corumbá: Escola Estadual Doutor Gabriel Vandoni de Barros; Escola Estadual Maria Helena Albaneze; Escola Estadual Rotary Club; Escola Estadual Carlos de Castro Brasil; Escola Estadual Dom Bosco; Escola Estadual Doutor João Leite de Barros; Escola Estadual Júlia Gonçalves Passarinho; Escola Estadual Maria Leite; Escola Estadual Nathercia Pompeo de Santos; Escola Estadual Otacílio Faustino da Silva. Em Ladário: Escola Estadual 2 de Setembro e Escola Estadual Leme do Prado. São essas as considerações, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Deputado Amarildo? Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhores e senhoras que prestigiam a nossa Sessão. Tenho algumas indicações e um projeto de resolução para apresentar a esta Casa. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, senhor Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, senhor Herculano Borges Daniel, por cópias autônomas, solicitando recursos para recuperação do gramado e implantação de iluminação do campo do Estádio Municipal Cezário Balbino de Freitas, localizado no município de Rio Verde do Mato Grosso, em atendimento à solicitação do superintendente de Esporte e Lazer e do prefeito municipal, senhor Réus Antonio Sabedotti Fornari. Indicação ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a viabilização de recursos para as reformas das pontes da região do Piquiri, na Água Branca, e na região do saudoso Catu Severo, devido às fortes chuvas que atingiram a região ultimamente. É um atendimento à solicitação da Câmara Municipal de Pedro Gomes, por meio da proposição do vereador Sandoval Alves de Oliveira. Indicação ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, senhor

Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, senhor Herculano Borges Daniel, por cópias autônomas, solicitando a ajuda e apoio com as premiações para os atletas da liga Terrão Interbairros, do município de Rio Verde do Mato Grosso, por solicitação do superintendente de Esporte e Lazer e do prefeito municipal, Réus Antonio Sabedotti Fornari. Um projeto de resolução que altera e acrescenta dispositivos ao Anexo da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008. Artigo 1º. Fica alterado o artigo 42, do Anexo da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008 — Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (Rial) —, que passa a viger com a seguinte redação: "Artigo 42. As comissões permanentes, em número de dezessete, têm as seguintes denominações: inciso IV. Educação, Cultura, Desporto; inciso XVII. Ciência, Tecnologia e Inovação." Artigo 2°. Fica alterado o artigo 46, da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008, que passa a viger com a seguinte redação: "Artigo 46. Cada comissão permanente, integrada por cinco titulares e igual número de suplentes atuará, com competência específica, nos assuntos que envolvam: inciso IV. Comissão de Educação, Cultura e Desporto: a) assuntos atinentes à educação em geral; b) sistema esportivo estadual; c) desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico, convênios e acordos culturais; d) datas comemorativas, homenagens cívicas, diversão e espetáculos públicos, manifestação do pensamento, expressão da atividade artística e comunicação social; inciso XVII. Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação: a) desenvolvimento científico, pesquisa e capacitação científica e tecnológica, e inovação; b) informatização do Poder Legislativo e organização institucional do setor; b) matéria atinente à política estadual de Ciência e Tecnologia; c) política estadual das tecnologias da informação, automação e informática, ciência, tecnologia e inovação; d) sistema estatístico, cartográfico e demográfico; e) sistema estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação; f) acordos de cooperação com outros entes federativos na área de ciência, tecnologia e inovação; g) desenvolvimento tecnológico da indústria das tecnologias da informação e da automação e seus aspectos estratégicos. Artigo 3°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação". As justificativas seguem anexas. Plenário Júlio Maia, 14 de março de 2023. Assina o deputado Junior Mochi e convido os senhores deputados que também entendem a importância, neste momento, de termos uma comissão específica, de trazermos para a Casa Legislativa as discussões relativas a esse assunto, que é o assunto do momento, quando nós vamos discutir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), metaverso, carbono neutro, inteligência virtual, entendo que o protagonismo dessas discussões passa por esta Casa de Leis; portanto, a criação da comissão específica é no sentido de que possamos ter uma comissão que possa dar a atenção devida que este assunto requer, principalmente, neste momento em que não temos outra alternativa, a não ser nos inserir dentro desse contexto. É nesse sentido que nós propomos a criação, o desmembramento desse assunto da Comissão de Educação e a criação de uma comissão específica para discutir esse tema. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro -PP) — Com a palavra, a nobre deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, membros da Mesa Diretora, colegas parlamentares, pessoas que nos acompanham nesta Casa de Leis e também aquelas que acompanham nossa Sessão pela TV Assembleia. Trago aqui algumas indicações, mas, primeiro, quero falar de uma moção de congratulação que estamos apresentando a este Parlamento, direcionada à senhora Tainara Machado da Silva, agente indígena de saúde, parabenizando-a pela reeleição ao cargo de representante no Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, no dia 16 de fevereiro deste ano. Tainara Machado da Silva é indígena, de origem Terena, e foi eleita em 2019 para representar sua categoria de agente indígena de saúde como conselheira distrital. Concorreu à reeleição no dia 16 de fevereiro de 2023 e sagrou-se vitoriosa com 33,02% dos votos. É uma liderança indígena bastante atuante nas aldeias Jaguapiru e Bororó, que compõem a reserva de Dourados. Por isso, nós estamos apresentando essa moção. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Alan Guedes, prefeito de Dourados, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de pavimentação e drenagem em vários trechos das ruas do Jardim Guaicurus, em Dourados. Vale destacar, presidente, que o Jardim Guaicurus é localizado na região sul de Dourados, onde recentemente o governo do estado acabou por investir em uma obra bastante emblemática, que é a duplicação da Coronel Ponciano, melhorando o acesso, trazendo mais segurança aos moradores daquela região, mas, ainda assim, há trechos que estão intransitáveis e que precisam de cuidados especiais do poder público. Uma moção de pesar aos familiares de Guiomar Soares dos Santos, pelo seu falecimento, no dia 12 de março. Em razão de problemas de saúde, a vice-prefeita de Ribas do Rio Pardo, Guiomar Soares dos Santos, faleceu no dia 12, no hospital municipal Doutor José Maria Marques Domingues, em Ribas do Rio Pardo, deixando dois filhos e inúmeros amigos. A Prefeitura de Ribas do Rio Pardo emitiu nota de pesar e lamentou a morte da professora: "Neste momento de dor, a administração municipal solidariza-se com todos familiares e amigos". Com relação à indicação, trago aqui hoje um assunto muito sério para esta Casa de Leis, que trata do transporte escolar garantido por lei e que as crianças, lá em Dourados, não estão tendo acesso. A indicação é endereçada ao senhor Alan Aquino Guedes Mendonça, prefeito de Dourados, com cópia senhor Alexandre Magno Benitez de Lacerda, procurador-geral do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, solicitando que o Ministério Público possa apurar também de perto o que está acontecendo e solicitamos também o restabelecimento do transporte escolar para as crianças das comunidades Vitória, Ouro Fino, Parisoto e Sitioca Campina Verde. A apuração, portanto, do Ministério Público, por ser um órgão fiscalizador, já que esse transporte foi retirado... Acontece, senhores, que as crianças lotadas na Escola Estadual Vilmar Vieira Matos — que agora segue em obras de melhorias do governo do estado — eram transportadas pelo veículo do município. Só que este ano, a "carona" que elas recebiam foi cortada pela administração pública de Dourados e muitas crianças estão desassistidas neste momento. Ontem, mães nos enviaram fotos e vídeos das crianças aguardando no ponto e o ônibus simplesmente não apareceu, deputado Coronel Davi. Isso é muito sério, porque nós estamos falando do futuro das crianças de Mato Grosso do Sul. A escola, como eu disse, está em reforma e os alunos matriculados foram

direcionados para estudar em uma localidade mais afastada, que fica no CSU, e os transtornos ficaram maiores para os pais. Dessa forma, é oportuna a presente indicação para que os serviços de transporte público escolar sejam imediatamente reestabelecidos e o Ministério Público de Mato Grosso do Sul apure eventuais responsabilidades pelos prejuízos ocasionados na educação dessas crianças douradenses. Aproveito que o deputado Renato Câmara está em Sessão, de forma remota, acompanhando-nos, para fazer um convite aos deputados Renato Câmara, Zé Teixeira e Neno Razuk — que, inclusive, ontem esteve reunido com algumas mães para tratar desse problema — para que, juntos, possamos, por meio da bancada de Dourados, buscar soluções emergenciais para esse problema que é crônico e, mais do que isso, também movimentar o Ministério Público de Mato Grosso do Sul para acompanhar de perto mais essa situação caótica em Dourados. Falando de educação, trago a última indicação de hoje, encaminhada ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a cessão de uma estrutura, são três salas de aula que já existem na Escola Estadual Joaquim Vaz de Oliveira, que fica no distrito de Indápolis. Existia um termo de cooperação, uma parceria entre o governo de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Dourados. Em se tratando de anos iniciais, a competência é tão somente dos municípios, mas, o governo do estado, sensível à situação e tendo essa estrutura compatível, viabilizou três salas de aula para que crianças de quatro a cinco anos pudessem estudar na pré-escola. Mas, eis que no final do ano passado, a secretária de Educação de Dourados, Ana Paula Benites, por uma decisão que não explica — uma decisão unilateral da administração municipal e isso é muito sério —, determinou que essas crianças fossem disponibilizadas a uma escola do distrito de Vila São Pedro. Com esse fato, deputada Mara Caseiro, vem a nossa preocupação enquanto Casa de Leis, enquanto órgão fiscalizador da população de Dourados, de Mato Grosso do Sul, da aplicação dos recursos públicos. Essas crianças foram alocadas em uma escola da Rede Estadual de Ensino, sendo que não era de responsabilidade do estado, deputado Paulo Corrêa, mas o fez essa parceria, foi uma cordialidade. A secretária, em uma decisão única, disse que o estado solicitou essas três salas de aula e nós fomos em busca dessa resposta, mas não existe esse pedido pela Secretaria de Estado de Educação! As crianças do período matutino, que são de propriedades rurais, ainda têm o direito ao transporte escolar rural que passa no período matutino, mas, no vespertino, essas crianças estão fora da sala de aula. São vinte crianças e, dentre essas, há crianças especiais, que precisam de um acompanhamento com o professor de apoio. É uma situação complicadíssima que vivenciamos! Na sexta-feira, estive lá na região e constatamos esse problema de perto. As mães já fizeram um abaixo-assinado, com mais de vinte assinaturas, pedindo o apoio também da Assembleia Legislativa. Tenho certeza de que os nobres deputados não vão se furtar a dar uma resposta à população de Dourados, às crianças que deveriam estar na sala de aula. O sentimento é de indignação. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas e todos que acompanham a nossa Sessão. Quero

apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao diretor-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, desembargador Sérgio Fernandes Martins, solicitando o envio de informações, conforme abaixo se requer. Considerando que o Parque dos Poderes é parte integrante do Complexo dos Poderes, disciplinado pela Lei nº 5.237, de 17 de julho de 2018, que "cria o Complexo dos Poderes e estabelece um programa de preservação, proteção e recuperação ambiental das áreas que abrangem o Parque dos Poderes, o Parque Estadual do Prosa e o Parque das Nações Indígenas, e dá outras providências". Considerando que o Tribunal de Justiça pretende realizar a edificação do novo complexo do Poder Judiciário em área de sessenta e cinco mil hectares dentro do Parque dos Poderes, denominado Palácio da Justiça, requer-se o envio das seguintes informações: existe algum requerimento de licenciamento ambiental do referido empreendimento? Em caso afirmativo, que seja enviada cópia do processo e documentação pertinente ao objeto em questão. Esse requerimento está em uma indicação, senhor presidente, deve ser encaminhado ao Tribunal de Justiça. Também quero apresentar mais um requerimento, encaminhado ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Elias Verruck, para apresentar resposta, no prazo de setenta e duas horas, ao questionamento que abaixo apresento. Considerando que o Parque dos Poderes é parte integrante do Complexo dos Poderes, disciplinado pela Lei nº 5.237, de 17 de julho de 2018; considerando que o Tribunal de Justiça noticiou que pretende realizar a edificação do novo complexo do Poder Judiciário em área de sessenta e cinco mil metros quadrados dentro do Parque dos Poderes, denominado de Palácio da Justiça, requer-se o envio das seguintes informações: existe algum requerimento de licenciamento ambiental para início do referido empreendimento? Em caso afirmativo, que seja enviada cópia do processo e documentação pertinente ao objeto em questão. Ocorrendo dispensa de licenciamento ambiental do referido empreendimento, que seja enviada cópia do parecer técnico que realizou dispensa de apresentação do licenciamento ambiental. Veja bem, senhor presidente, tenho certeza de que é do conhecimento da maioria dos parlamentares, que o Tribunal de Justiça noticiou que estaria construindo, na verdade, está em andamento um projeto para construção do complexo do Poder Judiciário em nosso estado em uma área de cerca de sessenta e cinco mil metros quadrados. Então, nós queremos saber do processo ambiental e da observância da Lei nº 5.237, de 17 de julho de 2018. Com essa lei, depois de uma ampla discussão aqui no Parlamento, aprovou-se a extensão da proteção ambiental que, anteriormente, só existia no Parque Estadual do Prosa, e se estendeu para o Parque das Nações Indígenas e para o Parque dos Poderes. Tem muita gente que achava que o Parque dos Poderes era protegido ambientalmente, mas não havia nenhuma lei nesse sentido. Nós estendemos essa ampliação, o deputado Paulo Corrêa acompanhou, esteve junto comigo nessa luta aqui dentro do Parlamento e, para que aprovássemos, naquela oportunidade, essa lei, foram determinadas algumas áreas em que poderiam ser feitas novas edificações. Foi a forma que nós encontramos de aprovar a extensão da proteção ambiental, que não existia, dos outros dois. Era a vontade do Executivo, naquele momento, e excetuou-se essas áreas, foi aprovada essa lei nesse sentido. Ao que me parece, por isso estamos pedindo o processo de licenciamento ambiental, nós queremos saber se essa área que o Tribunal de Justiça pretende instalar o complexo

em nosso estado está dentro dessas áreas excetuadas, ou não, pela Lei nº 5.237. Por isso o requerimento ao Tribunal de Justiça e o requerimento à Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Por último, senhor presidente, quero apresentar uma moção de pesar, pelo falecimento da vice-prefeita de Ribas do Rio Pardo, a professora Guiomar Soares. Acho que já apresentaram também nesse sentido. Fica aqui o nosso registro, caso a Casa também queira juntar e promover uma só, de nossa parte não há nenhuma objeção. Quero, senhor presidente, fazer o registro dos alunos do Colégio Adventista de Campo Grande, do Jardim dos Estados, que estão presentes, acompanhando a nossa Sessão, e do Griggs International Academy High School... Na verdade são alunos do Colégio Adventista. Estão aqui com o Joel Ramos, que é coordenador, com a Mathiely Aguiar, que é diretora, e com o Júlio Salomão, vice-diretor, todos do Colégio Adventista. Também tive o prazer de recebê-los em meu gabinete, conversamos um pouco sobre a forma como se organizam os Parlamentos norte-americano e o brasileiro. Eles vieram aqui e estão acompanhando a Sessão conosco e, também, quero saudá-los publicamente e dizer que são bem-vindos! É sempre com muito entusiasmo que eu — e tenho certeza de que os parlamentares também — recebo estudantes aqui nesta Casa para ver como funciona o Parlamento sul-mato-grossense. Sejam todos bem-vindos a esta Casa. É esse registro que gostaria de fazer, muito obrigado. Aproveitando a leitura do meu expediente, já pedindo pela ordem, para fazer um registro. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Não sei se foi feito, senhor presidente, mas, na condição de líder do Partido dos Trabalhadores, quero registrar a ausência do deputado Zeca do PT. Acho que é de conhecimento da grande maioria das pessoas que o deputado Zeca do PT sentiu um mal-estar ontem, acabou... É problema de angina e acabou passando mal, teve que ser deslocado para uma unidade hospitalar no Hospital da Cassems, onde já foi submetido à colocação de "stent", para desentupimento de veia. Ele está muito bem cuidado, tenho mantido contato com o deputado, com a esposa dele, dona Gilda, enfim, está tudo bem. Provavelmente, esteja até nós assistindo aqui. Gostaria de fazer esse registro, uma vez que, na verdade, o Zeca do PT encontra-se ainda na UTI, mais por excesso de cuidados, por zelo lá do Hospital da Cassems, para que ele possa superar todos os problemas e estar aqui conosco, novamente, animando, discutindo conosco da forma que sempre faz, não é? Contundente! O nosso deputado que é atuante, fervoroso e que, brevemente, com certeza, estará aqui conosco nas sessões, senhor presidente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós já fizemos o registro, nobre deputado. E vamos recomendar um chazinho de cidreira para ele estar mais calmo nas sessões...

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Vamos dar de presente para ele, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu acho que essa coisa da receita, não é, presidente? Eu aqui, como primeiro-secretário, queria registrar também. E lá, no Paraguai, usamos um negócio chamado valeriana, também uma coisa interessante de se usar. Queria mandar um grande abraço ao nosso deputado e ex-governador, com todo o respeito, e assustei até com a postagem...

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Uma coisa de urgência e a Cassems, em cima da pinta, atendeu de imediato o nosso o ex-governador e nosso companheiro aqui, o deputado Zeca do PT. Estimo melhoras e um abraço a toda a família. Obrigado.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Obrigado, senhor presidente. Está bem assistido e vai estar conosco em breve, se Deus quiser. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Segundo as informações, foi submetido à angioplastia, passa bem e já está indo para o apartamento, dois "stents". Em nome de todos os deputados e em nome desta Casa, quero cumprimentar também a equipe do Colégio Adventista: Mathiely Aguiar, diretora; Joel Ramos, coordenador; Júlio Salomão, vice-diretor; assim como todos os alunos. Sejam bem-vindos e obrigado por compartilharem este momento do Poder Legislativo sul-mato-grossense. Com a palavra, o nobre deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente e nobres deputados. São várias indicações. Endereçada à prefeita de Campo Grande, pedindo, principalmente, manutenção nos bueiros da cidade, nesta época de chuvarada que está acontecendo. Uma indicação, solicitando o rebaixamento, também, da calçada, para que sirva de estacionamento do estabelecimento localizado na rua Avenida Eduardo Elias Zahran, 758, na Vila Santa Dorotéia. Mais uma indicação, solicitando à prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, solicitando a realização da Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da avenida das Mansões, no Núcleo Habitacional Buriti. Outra indicação, encaminha à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando providenciar uma tampa de bueiro, na rua Trinta e Dois, esquina com a rua Amaro Castro Lima, na Vila Nova Campo Grande. Outra indicação, de igual teor, solicitando a tampa de bueiro na Quarenta e Seis, esquina com a rua Amaro Castro Lima, na Vila Nova Campo Grande. Indicação, solicitando o patrolamento e encascalhamento da rua Cenira Soares Magalhães, Quadra 9, Lote 20, no bairro José Teruel Filho. Era o que tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que protocolamos, hoje, a mudança do Regimento Interno no que diz respeito às sessões, mas, até que a mudança seja feita, há possibilidade da participação de forma remota, virtual. Quero cumprimentar os deputados que estão participando, de forma remota: Renato Câmara, Zé Teixeira, Neno Razuk, Antonio Vaz. Bom dia, obrigado pela participação. Ainda podendo participar virtualmente, com a palavra, o deputado Renato Câmara, direto de Dourados.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas deputados. Requeiro à Mesa, observada as disposições regimentais, que seja encaminhado expediente ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando informações sobre o andamento da obra de duplicação da rodovia MS-276, no trecho da saída do município de Deodápolis até o distrito de Lagoa Bonita. Em visita a essa importante obra na região, ouvindo alguns moradores, constatamos que a atual obra de duplicação nesse trecho está paralisada; então, diante disso, peço informações para Agesul de qual é o status atual, qual é o prazo estimado para a conclusão da obra, quais são as empresas também contratadas para realizá-la e qual é o orçamento previsto, além do relatório atualizado sobre o andamento do projeto. Também gostaria de usar o expediente para fazer uma indicação, solicitando ao governador Eduardo Riedel e ao secretário Hélio Peluffo Filho, o recapeamento da rodovia MS-379, no trecho que liga o município de Dourados ao município de Laguna Carapã. Em visita a essa cidade, e passando pela rodovia, vimos vários pontos que precisam ter um atendimento imediato da Operação Tapa-Buracos. É uma rodovia que está muito perigosa e as pessoas desviando... Eu mesmo, estava na minha mão e um carro veio para a faixa em que eu estava, desviando de um buraco. Então, é uma rodovia que está precisando, urgentemente, da Operação Tapa-Buraco. Também, senhor presidente, gostaria de apresentar um projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Procons do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede no município de Dourados. Tenho mais alguns expedientes, mas gostaria de deixar registrado — e está registrado — via on-line. Obrigado pela oportunidade, nessas últimas sessões em que ainda podemos participar de forma híbrida. Um bom trabalho a todos nós e fiquemos com Deus.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Amarildo Cruz: uma indicação (Prot. nº 00804/2023); um requerimento (Prot. nº 00805/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 00802/2023). De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 00786/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: cinco indicações (Prot. nºs 00777/2023, 00796/2023, 00797/2023, 00798/2023, 00799/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de congratulação (Prot. nº 00709/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso. Doze indicações (Prot. nºs 00783/2023, 00785/2023, 00782/2023, 00781/2023, 00780/2023, 00779/2023, 00778/2023, 00776/2023, 00775/2023, 00774/2023, 00773/2023, 00784/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nºs 00705/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: dezesseis indicações (Prot. nºs

00707/2023, 00722/2023, 00724/2023, 00726/2023, 00732/2023, 00734/2023, 00736/2023, 00741/2023, 00708/2023, 00743/2023, 00717/2023, 00738/2023, 00740/2023, 00748/2023, 00706/2023, 00756/2023); um requerimento (Prot. nºs 00730/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00746/2023, 00719/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: três moções de congratulação (Prot. nºs 00789/2023, 00790/2023, 00791/2023); uma moção de pesar (Prot. nºs 00788/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 00759/2023, 00760/2023, 00761/2023, 00762/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 00703/2023, 00702/2023, 00704/2023, 00710/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00757/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 00750/2023); vinte e quatro moções de congratulação (Prot. nºs 00753/2023, 00752/2023, 00755/2023, 00754/2023, 00751/2023, 00749/2023, 00747/2023, 00745/2023, 00744/2023, 00742/2023, 00739/2023, 00737/2023, 00735/2023, 00733/2023, 00731/2023, 00729/2023, 00728/2023, 00727/2023, 00725/2023, 00723/2023, 00721/2023, 00720/2023, 00718/2023, 00801/2023); dois projetos de lei (Prot. nºs 00795/2023, 00800/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 00803/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 00787/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nºs 00701/2023); um requerimento (Prot. nº 00700/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00699/2023, 00698/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 00679/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: sete indicações (Prot. nºs 00770/2023, 00764/2023, 00765/2023, 00766/2023, 00769/2023, 00768/2023, 00763/2023); um requerimento (Prot. nº 00767/2023); dois projetos de lei (Prot. nºs 00771/2023, 00772/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: quinze indicações (Prot. nºs 00806/2023, 00680/2023, 00681/2023, 00682/2023, 00683/2023, 00684/2023, 00686/2023, 00687/2023, 00688/2023, 00689/2023, 00690/2023, 00691/2023, 00692/2023, 00693/2023, 00694/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 00807/2023, 00809/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 00758/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00808/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00792/2023, 00793/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: um projeto de lei (Prot. nº 00695/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. O senhor dispõe de trinta minutos, deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (sem revisão do orador - PRTB) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora e nobres colegas. Venho aqui trazer um assunto — que não sei se todo mundo já viu na internet ontem — a respeito de um circo que se apresentou no último fim de semana, na cidade de Amambai. Esse circo... As imagens que eu recebi em meu Whatsapp foram assustadoras, para não dizer criminosas. Crianças da cidade de Amambai presentes no espetáculo — chamado espetáculo — no qual colocavam ali pessoas de cunho sexual, homem abraçando homem, um cidadão com uma sunga vermelha rebolando na frente das crianças, foi realmente um absurdo o que eu vi. Ontem, eu fiz um vídeo questionando e quero informar a todos que o nosso gabinete oficiou à Prefeitura de Amambai, para que eles se expliquem e informem de quem é a culpa desse absurdo. Não é possível que um

circo desses chegue à cidade e o secretário de Cultura não verifique qual vai ser a temática da apresentação. Qual vai ser a faixa etária para esse público. Fiz esse questionamento e, ontem, o prefeito de Amambai me questionou nas redes sociais dizendo que eu não tinha nenhuma comprovação a respeito da participação da prefeitura nesse espetáculo; porém, no próprio banner do evento, que está aqui em minhas mãos, está aqui, apoio da Sedesc, prefeitura de Amambai. Escrito no banner do circo. Não quero aqui fazer juízo precipitado de ninguém, porém, o questionamento é valido. Muitos pais em Amambai, muitos familiares me procuraram e pediram que conseguíssemos essas respostas com relação a esse evento. Então, nós queremos saber, primeiramente, quem é o responsável por fechar esse apoio da prefeitura a esse evento. Qual é o parâmetro desse apoio e em que corresponde a Prefeitura de Amambai, como que ela apoiou esse evento, se foi financeiramente, se foi com mídia, se foi cedendo espaço para esse evento. Quero saber também o que a Prefeitura de Amambai vai fazer para dar uma resposta ao cidadão, porque não basta dizer que: "Ah não sabia! Ah, não esperávamos que fosse isso! Não é culpa de ninguém". Não! Alguém tem que ser responsabilizado, é isso que o cidadão de Amambai quer, é isto que o nosso gabinete quer: através da Assembleia Legislativa, obter respostas concretas...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — ...Para o povo de Amambai, para o povo de Mato Grosso do Sul, para que, jamais, esse circo faça de novo um tipo de apresentação como essa, que desrespeita as crianças, que desrespeita as famílias e desrespeita o cidadão sul-mato-grossense. Somente, isso. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Claro, presidente. Desculpa, primeiro-secretário.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Ainda não! O presidente é o nosso deputado Gerson Claro. Deputado Rafael Tavares, eu consultei o prefeito de Amambai, que é meu amigo pessoal, o doutor Bandeira. Ele é um homem sério, trabalhador, que foi surpreendido, da mesma forma que o senhor. Vossa Excelência tem todo o direito de saber o que aconteceu, não tem absolutamente nenhum apoio financeiro da prefeitura. Pode ficar tranquilo, isso será comprovado para o senhor. Eu e o deputado Zé Teixeira tivemos o cuidado, sabendo do seu questionamento, que é válido, aqui tem o direito de fazer o questionamento todo mundo, até porque nós temos o mandato. Vossa Excelência vai receber essa justificativa, mas queria lhe adiantar, que não teve apoio financeiro absolutamente nenhum. Só teve, efetivamente, um escrito, como o senhor disse, em um banner, que foi uma postagem na internet, inclusive tendo questionamento sobre uma contrapartida que seria dada, aí que foi o gancho do espetáculo, se fosse executado em determinado local... Queria deixar claro a lisura do procedimento do doutor Bandeira, até porque é um homem sério. Vossa

Excelência deve conhecer o mandato do doutor Bandeira, se não conhece eu queria lhe informar, estou aqui avalizando, sei do procedimento do doutor Bandeira, que também foi surpreendido por uma coisa dessas acontecendo. Então, pode acontecer, com qualquer prefeitura. Essas, vamos dizer, manifestações culturais são de diversas formas; então, queria dizer a Vossa Excelência que vai receber as respostas e, aqui, falo em nome do doutor Bandeira, prefeito de Amambai, e da população também. Obrigado, deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado pela parte, deputado. Acho que esse é o objetivo, precisamos entender um pouco melhor como que foi a contratação, como é que foi o apoio vinculado nas redes sociais e se não houve, realmente, acho que a prefeitura tem que fazer uma resposta formal para a população. De qualquer maneira, de alguma forma, punir quem permitiu esse espetáculo. Não é somente punir, mas também mostrar para a população o que que ela está fazendo para evitar que outro tipo de evento como esse se apresente na cidade de Amambai. Era somente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka. Deputado Hashioka vai falar?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — sem revisão orador — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, caros deputados, caras deputadas, senhores que estão presentes na Assembleia e espectadores. Na realidade, falo até com muita tristeza, porque, na semana passada, no final de semana, mais precisamente na sexta-feira, saiu uma notícia sobre a BR-163, sobre a questão da concessão da BR-163, que está com a CCR. Infelizmente, aconteceu esse trágico acidente que ceifou a vida de quatro jovens do nosso estado e quero, aqui, transmitir as minhas condolências às famílias. Eu, como engenheiro rodoviário, ao longo da minha vida, sempre trabalhei cuidando de rodovias, sabemos o quanto é triste, o quanto é complicado quando acontecem acidentes, às vezes, até com uma certa imprudência; mas, quando também as rodovias não oferecem as condições necessárias para segurança daqueles que a utilizam... O assunto é sobre a questão da concessão e saiu a notícia, em um jornal aqui do nosso estado, que foi prorrogado por mais dois anos o contrato com a CCR. Essa prorrogação não estabelece o compromisso de continuar fazendo a duplicação da rodovia BR-163, tão somente a manutenção dela com os recursos que são angariados com o "pedagiamento". Estão separando um trecho do rio Correntes, na divisa com o estado de Mato Grosso até Campo Grande, como Rota do Pantanal e de Campo Grande ao sul do estado de Mato Grosso do Sul como um segundo trecho. Então, dos oitocentos e quarenta e sete quilômetros, dos quais só foram duplicados, até então, cento e cinquenta, o que dá pouco menos de 20%, uns 18% da rodovia que foi duplicada no nosso estado. Confesso que não conheço o estado de Mato Grosso, somente Cuiabá, quando eu fui, por via aérea; então, não passei na BR-163, dentro do estado do Mato Grosso, mas, tenho informações que lá a rodovia está quase completamente duplicada. Em Mato Grosso do Sul, infelizmente, como eu já disse, somente 18% foram duplicados. Da forma como está sendo colocada a nova programação pela ANTT, que é a agência

reguladora, ela vai fazer a licitação de um trecho, esse primeiro trecho, a Rota do Pantanal, deixando o segundo trecho para uma segunda oportunidade. Isso pode trazer algumas consequências, essa é minha preocupação, tanto é que foi formada uma comissão — composta pelos deputados Junior Mochi, Mara Caseiro, Pedro Kemp e eu — para podermos participar das audiências que forem promovidas pela ANTT. A preocupação é a seguinte: a partir do momento que separam os trechos, pelas informações que obtive, em Rondonópolis, há um desvio da carga que é transportada para Santos por meio de ferrovia e também pode ser levado para a Região Norte do País, para o estado do Pará, ou seja, provavelmente, o trecho do rio Correntes até Campo Grande tem o Volume Diário Médio (VDM) menor, que é a medição do volume diário médio de veículos. É menor que o VDM do estado de Mato Grosso. Deve ser essa lógica que fez com que a CCR não houvesse aplicado os recursos necessários para a duplicação de mais quilômetros de rodovia. Isso feito, separado esse trecho, obviamente que o segundo trecho, de Campo Grande ao sul do nosso estado, vai receber mais fluxos de veículos, aumentando o seu VDM. Temos o transporte que é feito do norte do nosso estado, passa pela região da Grande Dourados, então o VDM é maior. A partir do momento que é separado esse primeiro trecho, segundo a matéria, o pedágio, que hoje está colocado em um valor, no trecho todo, de vinte e cinco reais e sessenta centavos, passaria, em uma previsão, para cinquenta e três reais e oitenta centavos. Um aumento de 110%, ou seja, eventualmente, os engenheiros rodoviários costumam dizer assim: "Às vezes, o osso está ficando para agora". No caso, para ser licitado agora, mas, isso vai gerar um problema. Depois que fizer a licitação do primeiro trecho — que vai demorar ainda dois anos, porque a previsão é setembro de 2025 para esse trecho estar licitado —, quando for licitar o trecho da região sul, já haverá uma referência de preço maior. Então, se for um pouquinho menor, fica até mais palatável. Na realidade, o ideal é que fosse licitado o trecho todo, porque, assim, teríamos a equalização do pedágio. Se lá tiver um VDM maior e, aqui, um VDM menor, quando se fizer a licitação do trecho todo, poderíamos ter um pedágio médio menor do que esse que possa acontecer na região norte do estado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Com certeza, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiro, quero dizer da importância de trazer esse tema e essa discussão que Vossa Excelência traz, tem um componente técnico em função do seu conhecimento específico, pessoal sobre a matéria, o que eu acho extremamente importante. Temos que prestar atenção realmente nisso, nessa questão de separar os dois trechos. Um tem uma movimentação menor, acho que é inviável economicamente; segura o outro, que tem uma movimentação de fluxo de veículos maior e ainda compensa o trecho. Obviamente, esse concluído, aumenta o preço e também leva termos a consideração na hora de reajustar o outro, que já terá como referência este. Acho que é muito plausível a colocação que o senhor traz e temos que expor isso na discussão que

vamos ter no dia 21, aqui na audiência pública. O que mais me chamou atenção na matéria é o seguinte. A empresa — está lá, o jornal não traz uma matéria fictícia, traz uma informação real — arrecadou, nesse período de concessão, dois bilhões de reais. Presta atenção! Ali está dito que nos trinta anos de concessão, uma previsão de arrecadação de cinco bilhões, aliás, uma previsão de custos para poder duplicar toda rodovia de cinco bilhões de reais. Nesse período de 2015 para cá, foi autorizado de outubro de 2015 para cá, portanto, sete anos e meio, metade do prazo, aliás, não metade, um quarto do prazo, ela arrecadou dois bilhões. Cinco de investimento e está sendo dito que, na concessão para outra empresa, quando concluir, vai ter que considerar um débito com a concessionária atual de um bilhão e quatrocentos milhões. Essa conta não fecha: são cinco bilhões para fazer a obra, já se arrecadaram dois bilhões, mas não fizeram... Fizeram cento e cinquenta e seis dos oitocentos e quarenta e sete quilômetros de duplicação. Já arrecadaram dois bilhões e ainda tem um bilhão e quatrocentos milhões de débitos? E o restante da obra? Então, alguma coisa nesses cálculos apresentados realmente não fecha. E acho que são essas questões que precisamos debater. Essa rodovia é extremamente importante. É a principal artéria viária do estado, são oitocentos e quarenta e sete quilômetros, de norte a sul, que corta o nosso estado, se nós não tivermos a capacidade de nos debruçar sobre isso, novamente nós vamos ficar lá numa relicitação de uma nova concessionária, que os problemas serão os mesmos, que nós vamos ter que voltar a discutir. Discutir preço de pedágio, o aumento abusivo, então esse é o momento, se tivermos que discutir, é agora; portanto, eu acho que Vossa Excelência traz, novamente, com uma roupagem técnica de quem conhece esse assunto, para que nós possamos encorpar essa discussão na audiência pública, cuja proposição é em parceria da ANTT com a Assembleia Legislativa, e terá a participação do governo do estado. Pessoalmente, fiz o convite a todos os prefeitos e presidentes de câmaras, aos sindicatos rurais, à associação comercial de cada município do trecho que vai para a licitação primeiro, que são justamente os trezentos e sessenta e nove quilômetros, daqui até o rio Correntes. Obrigado.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Agradeço o aparte do deputado Junior Mochi e o incorporo à minha fala. Deputado, só para ressaltar o que o senhor colocou sobre a matéria, que havia uma expectativa de cinco bilhões nos trinta anos; e o pedágio deu dois bilhões em sete, oito anos, está certo? E ainda fica a empresa, no caso a CCR, após licitada a obra, a nova concessionária fica com um pagamento de uma outorga onerosa de um bilhão e quatrocentos milhões. Se não atingir esse valor na licitação, a União tem que complementar. Isso é bastante complicado, porque se pegarmos o trecho duplicado... Fiz uma conta que não é de engenheiro, é de padeiro. Uma rodovia para duplicar, acredito que vai gastar na ordem... Estou fazendo uma conta aqui, estou meio fora do preço do setor rodoviário, já faz alguns anos e não tive tempo de pesquisar, mas quando construímos uma rodovia normal no preço da Agesul, hoje, fica na faixa de dois milhões, dois milhões e quinhentos mil o quilômetro. Vamos colocar que na duplicação se gaste quatro milhões. Cento e cinquenta quilômetros quando duplicados, custaria seiscentos milhões, arrecadaram-se dois bilhões! Então, são essas contas que precisam ser feitas, para encontrarmos o parâmetro ideal. Além disso, deputado Junior Mochi, havia uma expectativa, isso que eu quero colocar, que em 2017 houvesse um

financiamento. A alegação é essa, que o governo federal teria ficado responsável de fazer um financiamento para que houvesse investimentos nas obras de duplicação. Eu tenho uma colocação, quando você monta um processo de concessão, você envolve a agência reguladora, envolve o cidadão, envolve o poder público e a empresa privada. Logicamente que o capital, quando entra num processo desse, ele assume o risco. Não existe nenhum tipo de negócio que você só entra se for para dar lucro. Logicamente que a agência reguladora tem a responsabilidade de garantir que haja rentabilidade, porque senão a empresa quebra, mas isso tem limites. Então, no caso específico, a CCR arrecadou dois bilhões, e se investiu, eu estou falando aqui, como eu disse, e reafirmo, não sei o custo que foi investido pela CCR, porque, fora as duplicações, houve várias adequações rodoviárias que ela construiu ao longo do trecho, mas nós temos que ver essas contas mais de perto. Deputada Mara, por favor.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado, mais uma vez destaco a importância de trazermos esse assunto a esta Casa, esse debate. Eu sempre digo aqui que sou usuária, eu uso essa rodovia, essa BR-163, praticamente todos os finais de semana quando vou para minha casa lá em Eldorado. Somos demandados, também, pelas pessoas que usam essa rodovia e é uma frustração ler uma matéria como essa e ver que a ANTT diz: "A concessionária ficará desobrigada a dar continuidade à duplicação da pista em cerca de seiscentos quilômetros que faltam. E só vai fazer obras básicas de manutenção e conservação, por dois anos". Isso é um tapa na nossa cara. Nós temos trechos ali, principalmente em nossa região, e eu vou citar apenas um quilômetro, o KM 37, que liga Eldorado a Mundo Novo, onde — já falei aqui várias vezes — tem "guard rail" dos dois lados, não tem acostamento, a pessoa morre ou morre, porque não tem saída. Tivemos vários acidentes, várias vidas que foram perdidas. Não só ali, mas em vários trechos. Então, nem isso vai se questionar? Nem isso vai se pensar, nesses dois anos? Vamos continuar perdendo vidas nesses trechos? Causa tristeza a ANTT fazer um acordo com a CCR MSVia para que continue sendo concessionada e a desobriga de fazer investimentos dentro, principalmente, dos trechos mais perigosos. O senhor colocou uma coisa que, realmente, salta aos olhos: a questão da arrecadação de dois bilhões que, em trinta anos, seriam então investidos cinco bilhões. Em sete anos já foram arrecadados dois bilhões e onde é que foram parar esses dois bilhões? Realmente, é algo a se discutir, acredito que, nessa audiência pública, vamos ter essas respostas. E não dá para aceitar que ficaremos dois anos vendo pessoas perdendo as vidas, o pedágio acontecendo, sendo arrecadado e nós vamos ficar olhando. Então, acho que é uma consideração que temos que levar para essa audiência pública do dia 21 de março de 2023.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) – Agradeço as palavras, deputada Mara Caseiro, e as incorporo em meu pronunciamento. Na realidade, entendo que teria sido muito mais fácil que o governo federal — já que tinha o compromisso de financiamento — tivesse feito o aporte do financiamento e que as obras tivessem acontecido mais rapidamente. Porque procedimento licitatório, sabemos como é que começa, mas não sabemos como termina. Às vezes, a conclusão está prevista para dois anos, mas acaba acontecendo em três, quatro anos e vai ficar nessa situação que nós vivemos aqui no nosso estado, em nossa mais

importante artéria rodoviária, que é essa de norte a sul do estado de Mato Grosso do Sul. Precisamos, sim, de ter uma ação efetiva junto à Agência Nacional de Transporte Terrestre, que é responsável pela concessão e, na audiência do dia 21, na próxima terça-feira, que todos os deputados possam participar e contribuir de forma efetiva, para que possamos ter argumentos para reverter o que está sendo apresentado: mais dois anos e a BR-163 sem nenhum quilômetro duplicado. Isso é penalizar o estado de Mato Grosso do Sul em um momento em que se vive um "boom"! O nosso estado, hoje, produz muito. Estava lendo que a safra de grãos de soja vai aumentar 21% com relação ao ano passado. Se aumentar aqui, aumentará em Mato Grosso, ou seja, muito desse fluxo passará pela BR-163...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Com certeza.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero lhe parabenizar pela participação e pela clareza, até porque Vossa Excelência é do ramo. Então, entendo que estamos muito bem representados e quero me somar a Vossa Excelência, porque os pleitos são importantes. Dobrar pedágio, pedir mais dois anos e sem obrigação nenhuma de fazer, eu acho que estão nos chamando de besta, de bobo. Acho que Vossa Excelência está coberto de razão, acho que esse movimento tem que ser da Casa. E essa comissão, mesmo não sendo permanente, é uma comissão de extrema importância, que garante que nós vamos fazer os reclamos da população, principalmente nas cidades, como Vossa Excelência disse. Tem obrigação de fazer lá em Dourados, deputada Lia, aquela passagem. Tem obrigação de fazer a entrada, em Itaquiraí, para a indústria Bello Alimentos, mas não fez. Tem obrigação de fazer oitenta e nove quilômetros por ano de duplicação, mas não fez. Quer dobrar o pedágio, pedir mais dois anos para relicitar e ainda quer participar da nova relicitação, o que não pode acontecer! Não pode! Eu me somo a Vossa Excelência que, por ser um engenheiro estradeiro, engenheiro de estradas, acho que tem competência suficiente para tocar esse assunto, porque todas as cidades estão com problemas de acesso. Trancaram todos os acessos. Em Campo Grande tem quatro acessos no anel rodoviário. O que é isso? Depois, passando em Dourados, é como se a cidade não existisse. É uma cidade de passagem. Mas tem caminhão que sai de Cuiabá em direção a Dourados para ir àquela indústria, entregar os produtos, quer dizer, não fizeram estudo de fluxo e dizem que estão tomando prejuízo? Por quê? Porque não estudaram direito o fluxo de veículos. O problema é deles! É uma concessionária, tem o preço e acabou! Agora, não fazer a duplicação é uma falha gravíssima. Não é grave, não, é gravíssima! Então, não tem que dar nada para essa empresa e eu acho que tem que partir para a relicitação imediata. Obrigado, deputado, pelo aparte.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Eu agradeço, deputado Paulo Corrêa, e incorporo a sua fala em meu pronunciamento. E é bem isso! Então defendo a tese de que nós teríamos que reivindicar, já que vai ser feita uma nova licitação, tendo em vista que, em 2019, se não me falha a memória, eu li aqui na matéria, foi feito um acordo amigável com a CCR para rompimento do contrato

da concessão e a CCR continuou e continua no trecho, quer dizer, não entregou, mas se for feita uma nova licitação, tem que fazer no trecho todo, de forma que haja uma equalização, senão vão ter um pedágio alto aqui na região norte, que vai servir de balizamento para região sul e isso passa a ser interesse só das empresas concessionárias. Assim, perde o cidadão o direito de ter um pedágio menor; então, temos que discutir isso. Agora, o mais importante, é que houvesse uma solução para que a duplicação imediatamente fosse reiniciada e se o governo federal tem condições de colocar os recursos para a CCR, ela tem que assumir o financiamento dentro de um processo licitatório em que ela participou no passado e quem é de capital privado tem que correr riscos, sim. Não é para entrar só de boa, não, só no bônus. Tem que assumir o ônus também, porque esse ônus que ela deixa de assumir está custando vidas do nosso estado e são inúmeros acidentes que estão provocando verdadeiras tragédias aqui em Mato Grosso do Sul, como esta que aconteceu no final de semana. Era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 03/2023. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a concessão de vantagem pecuniária de natureza indenizatória, a ser paga como retribuição pelo exercício de função de confiança na Casa Militar e na Defesa Civil, nos termos que especifica". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável por maioria, tendo como relator o deputado Amarildo Cruz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 03/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz? Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Em que pese o fato de ser uma categoria que mereça todo seu reconhecimento, não há como não avaliarmos e deixar de ver o impacto orçamentário. Voto não, porque estamos cegos neste momento. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT? O deputado Zeca do PT está hospitalizado. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Antonio Vaz. Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Antonio Vaz vota sim. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e um voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 044/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos às Leis nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999; nº 4.188, de 17 de maio de 2012, e nº 4.196, de 23 de maio de 2012, nos termos que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Jamilson Name. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 044/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Aqui nós temos a política do governador Eduardo Riedel que, para liberar nomeação de mais de quinhentos cargos — de uma maneira repugnante, assim este deputado vai falar —, para não nomear a totalidade, para liberar mais funções, para liberar mais cargos, usa dessa engenharia para poder, na verdade, de fato, conseguir nomear mais pessoas, empregar mais sem a transparência, sem mostrar para o servidor público aquelas pessoas que estão sendo nomeadas, não atendendo requerimentos deste parlamentar, que quer exatamente ter como mapear e ver todas essa situação. Então, é uma barbaridade o que está sendo feito e este deputado vota contra, com um "não" bem grande. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASCHIOKA (União Brasil) — Voto sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Peço licença aos nobres colegas para também votar, declarando meu voto. É a possibilidade de fazer com que os servidores de carreira tenham suas funções, recebam gratificação pelo exercício de função; então, parabéns pela iniciativa, eu também voto sim. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte e um votos favoráveis e dois votos contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Em discussão única e votação simbólica. Vinte e sete indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento do senhor Cecílio Jesus Gaeta. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento do jornalista Carlos Voges. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra... O primeiro inscrito é o nosso hospitalizado, deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Não havendo mais deputados inscritos nas Explicações Pessoais e nada mais havendo a tratar, esta presidência... Antes de declarar encerrada, solicito aos nobres colegas que puderem

participar, ativamente, no dia 21, da audiência pública com a presença da ANTT, do Dnit e do governo do estado. Esta Casa vai discutir a questão da BR-163; então, a partir das 14h, estaremos nesse debate. Pedimos a todos que puderem nos ajudar, com convite ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça. Contamos com a participação de todos e existe a comissão, que está nos ajudando. No dia 22, ocorrerá a instalação da Frente Parlamentar da Rota Bioceânica. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado (10h59min).